

Reforma reduz desigualdade, diz FHC

por Lúcia Kassai e Juliana Almeida
de São Paulo

O presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu a velocidade das reformas com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais, em pronunciamento que abriu a Primeira Conferência Regional de Prosseguimento da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, realizada em São Paulo.

O presidente, que sofreu uma microcirurgia para retirada de uma pequena lesão inflamatória de três milímetros, localizada sobre a pálpebra esquerda, ontem pela manhã em São Paulo, disse que não há justiça social com o Estado inchado e sobrecarregado.

“Nunca tivemos o estado de bem-estar social. O que existe na

América Latina é um estado de mal-estar social”, disse ele. Como prova de que é possível conciliar crescimento, estabilidade econômica e distribuição de renda, o presidente disse que 13 milhões de habitantes de seis metrópoles brasileiras romperam a linha da pobreza entre 1993 e 1995.

Durante a conferência, técnicos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) informaram que o número de latino-americanos e caribenhos que vivem em situação de pobreza é de 210 milhões de pessoas. O documento será divulgado hoje, durante o segundo dia de trabalho da Primeira Conferência Regional de Prosseguimento da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, que

ocorre na capital paulistana até a próxima quarta-feira.

Segundo o documento da Cepal, denominado “O buraco da equidade”, o nível de pobreza diminuiu em nove dos 12 países estudados entre 1990 e 1994. No ano seguinte, entretanto, a tendência de melhora foi interrompida por causa das crises no México e na Argentina. Naquele ano, diz o documento, o Brasil foi o responsável pelo contraponto, uma vez que a implementação de um plano de estabilização, foi responsável pela diminuição do nível de pobreza no País.

Entretanto, José Antonio Ocampo, ministro da Fazenda e de Crédito Público da Colômbia, lembrou que, embora o grau de pobreza tenha caído em alguns países, a América Latina levará mais de 25 anos para

chegar aos níveis de igualdade alcançados pelos países europeus se mantiver esse ritmo. Ocampo afirmou que 84% dos empregos gerados na região estão nos setores informais da economia, o que significa que o Estado está retraindo-se cada vez mais como gerador de empregos.

Na opinião de Roberto Pizarro, ministro do Planejamento do Chile, o investimento em educação é um meio vital para alcançar a integração social. Ocampo diz que os gastos com saúde, educação e habitação em seu país foram orientados para as classes mais pobres, o que favoreceu a diminuição das desigualdades sociais. “Sessenta e cinco por cento dos gastos do governo chileno nesses setores favoreceram 40% da população mais pobre”, afirmou.

* 7 ABR 1997

GAZETA MERCANTIL